



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE LAVRAS DO SUL
BANCADA DO PROGRESSISTAS

SALA SEVERINO SILVEIRA
Fone: (55) 3282 - 1861 Email: bancadaplavras@hotmail.com
Rua Adão Teixeira da Silveira -



RENOVAÇÃO e AÇÃO
2021/2024

PROJETO DE LEI Nº 06/2023

Declara de Utilidade Pública a Associação TEAjudando no Município de Lavras do Sul-RS.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação TEAjudando, fundada em 28 de março de 2022, CNPJ 47.461.832/0001/79, com Sede na Rua Coronel Meza, nº 201, Centro, CEP 97390-000, na cidade de Lavras do Sul-RS.

Art. 2º A TEAjudando é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, de caráter educativo, cultural, recreativo, de assistência social, científico, esportivo e representativo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE LAVRAS DO SUL
BANCADA DO PROGRESSISTAS

SALA SEVERINO SILVEIRA
Fone: (55) 3282 - 1861 Email: bancadaplavras@hotmail.com
Rua Adão Teixeira da Silveira -



RENOVAÇÃO e AÇÃO
2021/2024

JUSTIFICATIVA:

Considerando que nossa proposta de considerar a Associação TEAjudando de Utilidade Pública está em conformidade com a Lei Municipal nº 3.639/2020, onde estabelece condições para o reconhecimento de sociedade de utilidade pública;

Considerando que, atualmente, a Associação TEAjudando conta com 25 crianças/adolescentes com transtorno do espectro autista. No entanto, fomos informados de que este número é muito pequeno diante aos dados da pesquisa informal realizada pela entidade, juntamente com as Secretarias Municipais de Educação e Saúde, e também com o apoio das escolas estaduais, que apontam uma estimativa de 78 pessoas, incluindo de creches até o ensino médio. Registra-se que, poucos com diagnóstico médico;

Considerando que, uma das finalidades principais da entidade é a defesa, proteção e promoção de pessoas com autismo, observando as suas características, promovendo a sua inclusão, integrando-as na vida comunitária e de seus familiares, assim como oportunizar espaço de atendimento educacional especializado em idade escolar, com suporte técnico ao ensino regular onde estiverem matriculadas;

Considerando que todos os cargos de direção da associação são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nesta condição, à remuneração de qualquer natureza;

Considerando que a Associação TEAjudando vem, desde a sua fundação, buscando junto ao poder público municipal, Poderes Executivo e Legislativo, políticas que visem o apoio, parceria, espaços de inclusão, campanhas que visam sensibilizar a sociedade sobre os direitos, necessidades e potencialidades das pessoas com transtorno do espectro autista;

Considerando que, além do poder público, a Associação TEAjudando busca parcerias e patrocínios, junto a instituições as mais diversas, dentro e fora do município, por meio de vídeos, artigos e programas de rádio sobre as ações da entidade;

Considerando que, no ano passado, apresentamos o projeto de lei que institui a Semana Municipal da Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista, que culminou na Lei Municipal Nº 3.763/2022;

Considerando que, com a lei de utilidade pública a Associação poderá pleitear verba pública, assinar convênios visando ao recebimento de recursos a níveis federal, estadual e municipal, o que ajudará a entidade a caminhar um pouco mais levemente, visto que essas crianças/adolescentes necessitam de atendimento especializado e todos sabemos o quanto este custo é elevado.

Motivado por estas razões e devido à importância da nossa cooperação direcionada à associação, apresentamos à consideração dos nobres Colegas o presente projeto de lei, cujo acolhimento prestado pela entidade na rotina das famílias vulneráveis, objetiva, principalmente, o bem-estar de seus filhos.

Sala "Severino Silveira", da Câmara de Vereadores, 22 de junho de 2023.


Vereador Renan Delabary
Bancada do Progressistas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.461.832/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/06/2022	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO TEAJUDANDO DE LAVRAS DO SUL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO TEAJUDANDO		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R CEL. MESA	NÚMERO 201	COMPLEMENTO *****	
CEP 97.390-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO LAVRAS DO SUL	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO MALUCHAGAS@HOTMAIL.COM	TELEFONE (55) 3282-2222		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/06/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/08/2022 às 14:10:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO TEAJUDANDO DE LAVRAS DO SUL.

Aos 28 dias do mês de março do ano de 2022, reuniram-se as pessoas que subscrevem a lista de presença da presente, com a finalidade de constituir a ASSOCIAÇÃO TEAJUDANDO DE LAVRAS DO SUL. Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. MARILUCE OLIVEIRA CHAGAS DE SOUZA, que convidou a mim, JOSIANE FARIAS PINHEIRO PAIM para secretariá-la Usando a palavra a presidente, pelo que propôs a constituição da associação como pessoa jurídica de direito privado, sendo a proposta aprovada por aclamação dos presentes. Passou-se então a discutir-se a minuta do Estatuto Social, sendo o mesmo aprovado por aclamação com a seguinte redação: **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO TEAJUDANDO DE LAVRAS DO SUL/RS - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO...**

Art. 1º A Associação TEAJudando de Lavras do Sul , fundada em 28 de março de 2022, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, de direito privado, de caráter educativo, cultural, recreativo, de assistência social, científico, esportivo e representativo com sede na rua Cel. Mesa nº 201, Centro, na cidade de Lavras do Sul – RS, CEP: 97390-000. **Parágrafo único:** A Associação TEAJudando, será regida por este Estatuto, pela legislação atualizada que disciplina esse tipo de associação.

Art. 2º A Associação será regulamentada nesse estatuto, com área da abrangência no município de Lavras do Sul e em qualquer outro do território nacional em que for acionada e/ou solicitada.

CAPÍTULO II - DA FINALIDADE - Art. 3º A Associação tem a assistência social como objetivo de beneficência, defesa, proteção e promoção de pessoas com autismo, em consonância com a Lei nº. 8.742 de 07 de setembro de 1993, que dispõem sobre Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Resolução nº. 145 de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ainda: I - Atender pessoas com autismo, observando suas características, promovendo sua inclusão social, integrando-as na vida comunitária e de seus familiares; II - Oferecer o serviço de atendimento educacional especializado às pessoas com autismo em idade escolar, com suporte técnico ao ensino regular onde estas estiverem matriculadas; III - Oportunizar às pessoas com autismo espaço de convivência por meio de atividades recreativas, educacionais, culturais, esportivas e de lazer; IV - Habilitar a pessoa com autismo ao convívio social por meio de atividades de desempenho funcional e programas educacionais especializados; V - Incentivar e promover a participação da comunidade local, das instituições públicas e privadas nas ações, programas e projetos voltados ao atendimento da pessoa com autismo, por meio de palestras informativas, visitas técnicas dirigidas na sede da instituição, programas de estágio com instituições acadêmicas ou instituições análogas, bem como fomentar a pesquisa e o intercâmbio com outras instituições congêneres e profissionais especializados na área; VI - Facilitar o acesso dos associados e de seus familiares aos serviços assistenciais do Município de Lavras do Sul e região, por meio de encaminhamento destes as respectivas instituições responsáveis pelo atendimento nas áreas da saúde, educação, assistência social, esporte, lazer e cultura; VII - Desenvolver estudos e/ou pesquisas com a finalidade de por em prática os itens acima mencionados; VIII - Estimular a ação de profissionais com especializações inerentes aos objetivos da TEAJudando; IX - Apresentar sugestões, bem como buscar recursos junto a órgãos estatais e privados, visando o amparo constitucional dos autistas no que tange ao cumprimento das leis existentes, servindo também como órgão de assessoramento; X - Elaborar programas de orientação visando o diagnóstico precoce dos Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), através de propaganda e divulgação da temática junto à população em geral; XI - Prestar atendimento às pessoas com TEA, encaminhadas por profissionais da área da saúde e afins; XII - Interagir junto às organizações de Saúde, Educação e Assistência Social para atendimento e tratamento, no sentido de facilitar o acesso de pessoas com TEA a tratamento especializado; XIII - Estimular a participação em seminários, congressos, pesquisas, estudos científicos e pedagógicos sobre autismo; XIV - Estabelecer intercâmbio com outras instituições congêneres, instituições oficiais, não oficiais e/ou particulares; XV - A defesa judicial e/ou extrajudicial dos interesses e direitos protegidos dos associados e representados pela entidade.

Art. 4º A associação, para a consecução dos objetivos e fins a que se propõe, adota os seguintes princípios e diretrizes: I - Não há, entre os beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, religião ou de qualquer outra ordem; II - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, à remuneração de qualquer natureza; III - Não há distribuição de lucros, dividendos, "pro labore" ou remuneração de qualquer natureza aos membros da diretoria e conselho fiscal da instituição; IV - Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais;



V - Na manutenção das finalidades e dos objetivos da entidade, todos os recursos são aplicados no território

nacional. Art. 5º A Associação manterá departamentos e/ou comissões na forma que dispuser o Regimento Interno. Art. 6º Associação reger-se-á pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno

aprovado pela Diretoria e demais normas aplicáveis. **CAPÍTULO III - DO QUADRO SOCIAL**

SESSÃO I - DOS ASSOCIADOS - Art. 7º Poderão associar-se à Associação as pessoas físicas e jurídicas domiciliados em Lavras do Sul e região, observado o parágrafo único do art. 2º deste Estatuto, que neles residam ou desenvolvam atividades e que concordem com o presente estatuto, dedicando-se às atividades objeto da entidade. § 1º No ato de ingresso o interessado deverá apresentar documentação cadastral completa e preencher e assinar a ficha de associado fornecida pela associação. § 2º Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas dívidas contraídas pela Associação

TEAjudando - Lavras do Sul. Art. 8º A associação mantém as categorias de Associados: I -

FUNDADORES - todos aqueles que participaram da Assembleia de Fundação da entidade; II -

CONTRIBUINTES - Pessoas Físicas e/ou Jurídicas que contribuem financeiramente com a manutenção

da TEAjudando, na forma do Regimento Interno e, na falta deste, na forma das deliberações dos órgãos

administrativos; III - **BENEMÉRITOS** - Pessoas Físicas e/ou Jurídicas, distinguidas por relevantes

serviços prestados à TEAjudando ou por terem contribuído significativamente para a constituição

institucional e patrimonial da TEAjudando. § 1º Poderão associar-se à entidade tantos quantos membros

do mesmo grupo familiar. § 2º A pessoa jurídica que faça parte do quadro social da entidade indicará um

membro de sua livre escolha, devidamente cadastrado na entidade, cabendo-lhe exercer as

responsabilidades contidas neste estatuto, podendo inclusive votar e ser votado, considerando-se a

personalidade física. **SESSÃO II - DA ADMISSÃO E DESLIGAMENTO** - Art. 9º A admissão do associado

dar-se-á por meio de proposta subscrita por um associado efetivo, no pleno gozo de seus direitos, sendo

aprovada pelo Presidente, referendada pela Diretoria em reunião ordinária. Art. 10. O desligamento do

associado ocorrerá: I - Por motivo de falecimento, de interdição sem existência de curatela ou tutela, de

doença e por ausência, extinção e/ou falência, na forma da lei; II - Voluntariamente, por requerimento

escrito dirigido ao Presidente. III - Compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta da Diretoria,

quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a Associação.

Parágrafo único: O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir

reconsideração, sem efeito suspensivo, à Assembleia Geral, no prazo de 30 dias contados da ciência de

sua exclusão. **SESSÃO III - DOS DIREITOS E DEVERES** - Art. 11. São direitos dos associados: I -

Participar das atividades promovidas pela associação; II - Tomar parte das assembleias gerais, discutir,

propor e deliberar sobre todos os assuntos que dizem respeito à associação; III - Propor medidas de

interesse social e coletivo; IV. - Votar e ser votado para os cargos da associação, ressalvado os casos em

que tenha se associado depois de convocada a assembleia geral ou que tenha solicitado afastamento

temporário da associação, V - Convocar assembleia geral e extraordinária por no mínimo de 1/5 dos

associados; VI - Usar as instalações e materiais da associação para os fins a que se destina.

Art. 12. São deveres dos associados: I - Participar das reuniões e assembleias da associação; II - Não

assumir compromissos materiais ou morais em nome da entidade, sem a expressa autorização da

diretoria; III - Cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as deliberações

da Diretoria e da Assembleia Geral; IV - Manter seu cadastro atualizado junto à Secretaria; V - Pagar em

dia a mensalidade ou anuidade da associação, definida em assembleia, sob pena de não poder usufruir de

seus direitos de associados, na forma do presente Estatuto; VI - Cumprir fielmente os fins da instituição;

VII - Prestar à Associação todo o apoio moral e material ao seu alcance, quer aceitando o cargo para o

qual seja convocado ou o encargo que lhe for atribuído, quer propondo novos associados e colaboradores;

VIII - Atender às convocações da Assembleia Geral e de outros órgãos da associação

quando destes fizer parte. Art. 13. Serão excluídos do quadro social os associados que: I - Deixarem de

cumprir as obrigações previstas neste Estatuto; II - Deixarem de exercer as atividades e deixarem de

residir na área delimitada; III - Danificarem ou atentarem contra a moral e/ou patrimônio da entidade; § 1º

Os sócios que deixarem de pertencer ao quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer

contribuição que tenham feito à entidade. § 2º Para deliberar sobre a extinção de associados mencionados

nos itens I e III, a comissão diretora designará comissão especial composta de 03 (três) membros, sendo

um da comissão diretora, um do Conselho Fiscal e um associado que não faça parte da Comissão Diretora

ou do Conselho Fiscal, e que, nenhum dos três membros tenha qualquer laço de parentesco com o

associado em questão, para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, apresentar parecer sobre a

responsabilidade ou não dos atos praticados pelo associado implicado, sendo garantido ao associado o

direito de defesa e de recurso. § 3º Os associados que se julgarem prejudicados, poderão recorrer em

primeira instância à Comissão Diretora e, em Segunda e última instância, à Assembleia Geral.



§ 4º Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto. § 5º Podem propor a exclusão de qualquer associado a Diretoria, o Conselho Fiscal ou por lista subscrita por 1/5 dos associados. Art. 14. A Associação não distribui entre os associados, conselheiros, diretores ou doadores, eventuais excedentes operacionais, bruto ou líquido, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplica integralmente na consecução do seu objeto social. Parágrafo único: Os associados, conselheiros, diretores não serão remunerados. **SESSÃO IV - DA CONTRIBUIÇÃO** - Art. 15. O associado contribui mensalmente com a mensalidade fixada em valor mínimo pela Diretoria, ou, a seu critério, com importância superior àquela. Art. 16. Os associados que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitarem por escrito, devidamente fundamentado e comprovado, dispensa da contribuição mensal ficarão isentos, a critério da Diretoria, até que sejam afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção. Parágrafo único. Os associados efetivos dispensados da contribuição financeira, conforme o disposto neste artigo, terão os mesmos direitos e deveres. Art. 17. O associado efetivo que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, sem se utilizar da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, o cadastro de associado cancelado, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo. **CAPÍTULO III - DOS COLABORADORES** - Art. 18. A Associação manterá um quadro de colaboradores efetivos e eventuais, formado por pessoas que, sem os direitos dos associados efetivos, queiram prestar assistência na consecução dos objetivos e finalidades da instituição. § 1º Entende-se como colaborador efetivo aquele que se inscreva para contribuir, de forma periódica e constante, com recursos financeiros, de conformidade com os critérios fixados pela Diretoria. § 2º Colaborador eventual é todo aquele que, ocasionalmente, auxilia, voluntária e gratuitamente, na realização das atividades da entidade. Art. 19. São direitos e deveres dos colaboradores efetivos, além de outros dispostos no Regimento Interno: I - Utilizar-se dos recursos físicos e materiais da entidade; II - Assistir às reuniões públicas e participar de cursos e atividades doutrinárias e práticas promovidas pela Associação, conforme dispuser o Regimento Interno; III - Recolher pontualmente a contribuição previamente acertada. Parágrafo único: Aos colaboradores eventuais são assegurados os direitos constantes dos incisos I e II deste artigo. **CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA** - Art. 20. O patrimônio da Associação constitui-se de todos os bens móveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doações de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil. Art. 21. Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendidos, alienados ou gravados em hipoteca ou anticrese, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembleia Geral, está o aprovar, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação. Parágrafo único: Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembleia Geral. Art. 22. Constituem fontes de recursos da Associação: I - Auxílios financeiros de qualquer origem, depois de ouvida a Assembleia Geral; II - Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos; III - Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos, e ou, privado; IV - Rendas decorrentes da exploração de seus bens ou da prestação de serviços; V - Contribuições espontâneas dos associados; VI - Quaisquer outros recursos que lhe forem destinados; VII - Venda de produtos e serviços realizados pela Associação, tais como artesanatos, feiras, culinárias, eventos, festas destinadas, ação social, utensílios, móveis, bens oriundos de reciclagens e quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades; VIII - Prestação de serviço de diagnóstico diferencial de TEA prestados no município de Lavras do Sul e região, observado o parágrafo único do art. 2º; IX - Realização de eventos sociais como almoços e jantares beneficentes, festas solidárias, entre outros; X - Organização de cursos de capacitação e prestação de consultoria e assessoria através do conhecimento especializado, objetivando oportunizar a divulgação do autismo junto à sociedade, orientando o atendimento especializado de crianças e de adolescentes com transtorno do espectro autista; XI - Desenvolvimento de projetos sociais e técnicos que tenham por objetivo subsidiar as atividades da Associação e com estes prover a manutenção dos serviços prestados o Associado, familiares e dependentes. **CAPÍTULO V - DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA** - Art. 23. São órgãos da administração da associação: I - Assembleia Geral; II - Diretoria; III - Conselho Fiscal. **SESSÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL** - Art. 24. A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da associação, tendo poderes dentro do limite da Lei e deste Estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse desta, sendo que as deliberações tomadas por ela vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Art. 25. A assembleia geral será habitualmente convocada pelo presidente após aprovação em reunião ou por lista subscrita por 1/5 dos associados. Art. 26. O quórum mínimo para a instalação da assembleia geral é de metade mais um dos associados em condições de votar na primeira convocação e, no mínimo,



de 10 (dez) associados em condições de votar em segunda convocação, esta ocorrendo 30 (trinta) minutos depois da primeira convocação. 1º O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pela assinatura do livro de presença da assembleia geral. 2º Constatada a falta de quórum mínimo no horário estabelecido no edital de convocação o presidente encerrará o livro de presença mediante termo que contenha a declaração do número de associados presentes no horário do encerramento e da convocação correspondente, transcrevendo os dados para a respectiva ata e instalará a assembleia geral. Art. 27. O edital de convocação da assembleia deverá conter: I - A denominação da associação, seguido da expressão convocação para assembleia geral, ordinária ou extraordinária, conforme o caso; II - A data e hora da reunião de cada convocação assim como o endereço do local de sua realização; III - A sequência ordinal das convocações; IV - O nome por extenso e a respectiva assinatura do responsável pela convocação; V - O número de associados com direito a voto da data da convocação, para efeito de cálculo de quórum de instalação da assembleia geral; VI - A pauta a ser deliberada na assembleia. Art. 28. O edital será veiculado em um jornal impresso de circulação regional e publicado no site oficial da entidade e outros meios digitais, garantindo-se a convocação pessoal dos associados por meio eletrônico (e-mail). § 1º Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência e a Assembleia Geral Extraordinária será convocada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. § 2º A assembleia geral será dirigida pelo presidente e auxiliada pelo secretário da associação. Art. 28. É competência exclusiva da Assembleia: I - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal; II - Instalação do pleito eleitoral que elegerá a nova Diretoria e Conselho Fiscal; III - A dissolução da associação com voto de pelo menos dois terços dos associados; IV - Definir o valor da mensalidade ou anuidade; V - Resolver quaisquer dúvidas que possam surgir na interpretação do disposto neste estatuto, bem como os casos omissos; VI - Realizar trocas de experiências sobre atos ligados às finalidades da associação e definir prioridades desses atos; VII - Aprovar o orçamento da associação; VIII - Aprovar as modificações deste estatuto, em assembleia geral convocada para este único fim. IX - Destituir os administradores; § 1º Para as deliberações a que se referem os incisos VIII e IX deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será em primeira convocação de 50% mais 1 dos associados e, em segunda convocação, a realizar-se meia hora depois, com no mínimo 10 (dez) associados. § 2º O presente estatuto será reformulado mediante deliberação da maioria absoluta dos presentes na assembleia geral especialmente convocada para este fim. Art. 29. É competência exclusiva da Assembleia: I - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal; II - Instalação do pleito eleitoral que elegerá a nova Diretoria e Conselho Fiscal; III - A dissolução da associação com voto de pelo menos dois terços dos associados; IV - Definir o valor da mensalidade ou anuidade; V - Resolver quaisquer dúvidas que possam surgir na interpretação do disposto neste estatuto, bem como os casos omissos; VI - Realizar trocas de experiências sobre atos ligados às finalidades da associação e definir prioridades desses atos; VII - Aprovar o orçamento da associação; VIII - Aprovar as modificações deste estatuto, em assembleia geral convocada para este único fim. IX - Destituir os administradores; § 1º Para as deliberações a que se referem os incisos VIII e IX deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será em primeira convocação de 50% mais 1 dos associados e, em segunda convocação, a realizar-se meia hora depois, com no mínimo 10 (dez) associados. § 2º O presente estatuto será reformulado mediante deliberação da maioria absoluta dos presentes na assembleia geral especialmente convocada para este fim. **SESSÃO II - DA DIRETORIA - Art. 30.** A Associação será administrada por uma Diretoria, eleita dentre os associados, com a seguinte composição: I - Presidente; II - Vice-Presidente; III - Secretário; IV - Tesoureiro; V - Diretor Administrativo. § 1º O mandato dos membros da Diretoria é de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. § 2º Os cargos da diretoria serão ocupados exclusivamente por pais e/ou familiares de autistas. Art. 31. Compete à Diretoria: I - Dirigir e administrar a Associação, de acordo com as disposições legais, estatutárias e regimentais; II - Desenvolver o programa de atividades da Associação; III - Estabelecer os regulamentos e o Regimento Interno; IV - Decidir sobre medidas administrativas; V - Designar, entre seus membros, substitutos para os Diretores em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso; VI - Autorizar operações financeiras, até o limite estabelecido pela Assembleia Geral; VII - Providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da instituição; VIII - Propor reforma do Estatuto à Assembleia Geral; IX - Elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual; X - Reformar o Regimento Interno quando julgar conveniente, observada a maioria absoluta de votos; XI - Criar comissões, quando for necessário, para executar tarefas. Art. 32. Compete ao Presidente: I - Representar a instituição em juízo ou fora dele; II - Coordenar todas as atividades da Associação de acordo com o presente Estatuto e demais normas; III - Presidir as reuniões da Diretoria e convocar as Assembleias Gerais para reuniões ordinárias e extraordinárias previstas neste Estatuto, presidindo a todas, exceto as de prestações de contas e as de eleição dos membros da Diretoria; IV -

Assinar com o Secretário a documentação, a exemplo de atas, correspondências da entidade; V - Elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembleia Geral; VII - Organizar a representação Associação junto aos órgãos correspondente e de interesse da Associação. Art. 33. Compete ao Vice-Presidente: I - Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com as suas atribuições; II - Convocar a Assembleia Geral, para preenchimento do cargo de Presidente, no caso de vacância, faltando mais de seis meses para o término do mandato presidencial. Art. 34. Compete ao Secretário: I - Organizar e manter em ordem os serviços de secretaria; II - Assessorar o Presidente durante as reuniões; III - Redigir e encaminhar ao Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções; IV - Redigir a ata das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral; V - Cientificar os interessados a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Presidente; VI - Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos eventuais, cumulativamente com suas funções; VII - Assumir a presidência da Instituição, no impedimento simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente. Art. 35. Compete ao Tesoureiro: I - Manter em ordem todos os livros e material da tesouraria; I - Assinar com o Presidente todos os documentos que representem valor, especialmente depósitos e retiradas em estabelecimentos bancários; III - Efetuar, mediante comprovante, os pagamentos autorizados IV - Arrecadar quaisquer receitas, mediante recibo, depositando-as em estabelecimentos bancários escolhidos pela Diretoria; V - Trazer rigorosamente em ordem e em dia, escriturados com clareza e precisão, os livros da Tesouraria; VI - Apresentar o balanço patrimonial e a demonstração da receita e despesa de cada exercício para serem integrados ao Relatório Anual da Diretoria; VII - Organizar os balanços mensais e o balanço geral do ano social, a fim de ser apresentado juntamente com o relatório da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal à Assembleia Geral. Art. 36. Compete ao Diretor Administrativo: I - promover e organizar as reuniões sociais; II - promover campanhas para admissão de sócios; III - aprovar as admissões e demissões de associados, assinando com o Presidente, os respectivos documentos; IV - encarregar-se de atividades de esporte e lazer; V - organizar cursos e palestras para os associados. SESSÃO III - DO CONSELHO FISCAL - Art. 37. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos associados, eleitos e considerados empossados pela Assembleia Geral. § 1º O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente. § 2º O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. Art. 38. Compete ao Conselho Fiscal: I - Dar parecer nos balanços financeiros mensais e no balanço anual; II - Impugnar as contas quando necessário, encaminhando para a Assembleia Geral para deliberação; III - Reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente; IV - Fiscalizar a gestão econômico-financeira da entidade; V - Elaboração de parecer das contas da entidade, as quais deverão ser aprovadas em Assembleia Geral. CAPÍTULO VI - DO PROCESSO ELEITORAL - Art. 39. A eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada no mês de março, sendo de 02 (dois) anos o mandato dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, na seguinte forma: I - A Assembleia Geral que convocar as eleições elegera a comissão eleitoral de 03 (três) membros, cabendo à mesma dirigir o processo eleitoral; II - Não será permitido o voto por procuração; III - Somente poderá votar o associado que estiver quite com a Tesouraria; IV - Apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o Presidente da mesa proclamará os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembleia Geral. Art. 40. A convocação das eleições dar-se-á através de publicação de edital, com no mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, publicado no site oficial da entidade e outros meios digitais, garantindo-se a convocação pessoal dos associados por meio eletrônico (e-mail). Parágrafo único: A forma de convocação deverá obrigatoriamente conter data, local e horário das novas eleições bem como o prazo para as inscrições das chapas. Art. 41. As inscrições das chapas deverão ser feitas por escrito, até dez dias antes da eleição, observados os seguintes itens: I - Não será permitido o registro de candidato, embora para cargos diferentes, em mais de uma chapa ou para mais de um cargo na mesma chapa; II - No caso de duplicidade de nomes, prevalecerá a inscrição da chapa cujo registro tenha sido feito em primeiro lugar, indeferindo-se o registro da que vier em seguida, mas facultando-se a substituição do candidato no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação para tanto; III - O candidato não pode exercer cumulativamente cargos na Diretoria e Conselho Fiscal. IV - Não será permitida a candidatura de mais de um membro do grupo familiar no mesmo pleito, seja para a diretoria e/ou conselho fiscal. Parágrafo único: Poderão participar do processo eleitoral todos os associados regularmente inscritos com direito a voto, que será secreto e universal. Art. 42. No caso de inscrição de apenas uma chapa, será adotado o sistema de voto por aclamação na assembleia geral. Parágrafo único: Se a votação não for por aclamação, será adotada cédula, onde conste a relação nominal de todos os candidatos e os cargos a que concorrem ou o número e nome de inscrição da chapa, a critério da Comissão Eleitoral. Art. 43. O resultado da votação será apurado imediatamente após a eleição, sendo

que a Comissão eleitoral, depois de decididos eventuais recursos, empossará de imediato a diretoria eleita. **CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO - Art. 44.** A dissolução da associação dar-se-á somente por decisão da assembleia geral, especialmente convocada para este fim e com o quórum mínimo de dois terços de seus cadastrados. Parágrafo único: No caso de dissolução da associação o seu patrimônio será doado a qualquer entidade com finalidades afins a critério da assembleia geral que deliberou pela dissolução. **Art. 45.** Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, serão destinadas à entidade de fins não econômicos congênera, preferencialmente localizada na mesma região, devendo ser deliberado pelos associados, ou à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. Parágrafo único: Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Município, do Estado, do Distrito Federal ou da União. **CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Art. 46.** Os membros da associação, individual ou coletivamente, não se responsabilizarão solidariamente ou subsidiariamente pelos encargos que seus representantes constituírem. **Art. 47.** Os casos omissos neste estatuto serão decididos em diretoria, com recurso à Assembleia Geral. **Art. 48-** Este estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral. Foi então aberta inscrição de chapas para concorrer à eleição da Diretoria e Conselho Fiscal para o biênio 2022/2024, tendo se inscrito uma única chapa assim composta: **Presidente:** Mariluce Oliveira Chagas de Souza, casada, produtora rural, RG:6020287584, CPF:242.573.620-49, residente na rua: Dr. Pires Porto 398, e-mail: maluchagas@hotmail.com; **Vice – Presidente:** Adriani Teixeira Machado, divorciada, empresária, RG: 5070752349, CPF:993.765.710.53, residente na rua: Diocleciano Teixeira do Canto, 81, Alto Alegre Email: adrianistlualsa@gmail.com; **Secretaria:** Josiane Farias Pinheiro Paim, separada, produtora rural, RG: 1073792697, CPF 958.547.620-72, residente no Cerrito, 131, email: fariaspinheiro@yahoo.com; **Tesoureira:** Elizangela Lopes dos Santos, casada, Professora Municipal e Estadual, RG: 3080434255, CPF: 000.573.590-40, residente na Rua Adão Teixeira da Silveira,762, e-mail: presantos@gmail.com; **Diretor Administrativo:** Ane Rose Lopes da Silva, solteira, Servidora pública estadual, RG:9055219464, CPF: 983.775.660-87, Rua: Maria Amália Delabary, Email:jambo_ane@hotmail.com; **Conselho Fiscal: Titulares:** Ubiratã Rodrigues Dias, brasileiro, casado, contabilista, domiciliado e residente na rua Barão do Rio Branco n 556, centro, na cidade de Lavras do Sul – RS, portador do CPF 388.235.860-20; e do CI n° 1032498551, DDP-RS, e-mail contec.lavras@gmail.com; Gleycy Rodrigues Domingues de Souza, casada, bancária, RG: 1001919974, CPF: 214.667.000-23, residente na Rua Santo Antonio, 58, e-mail: gleycydelavras@hotmail.com; e Marcos Ricardo Pires Teixeira, solteiro, empresário, RG: 1044546181, CPF: 721.119.680-72, residente na Rua Diocleciano Teixeira do Canto, 81 Alto Alegre, e-mail: ret@farrapo.com.br. **Conselho Fiscal: Suplentes:** Marcella Chagas de Souza, solteira, Esteticista, RG 5100740769, CPF 019.222.480-88, residente na Rua Adão Teixeira da Silveira 391, email:marcellachsouza@gmail.com; Laura Pinto Ferreira, brasileira, solteira, maior, advogada, domiciliada e residente na rua Pedro Ivo n° 385, Apto. 503, Bairro Monsserrat, na cidade de Porto Alegre – RS, portadora da Cédula de Identidade n°1073764214, e do CPF n° 032.421.420-04, e-mail pintoferreiralaura@gmail.com; e, MARTIM AFONSO DE SOUZA, brasileiro, casado, Médico Veterinário, domiciliado e residente na rua Dr. Pires Portp n° 398, Centro, na cidade de Lavras do Sul – RS, portador da Cédula de Identidade n° n° 7006070572 e do CPF n° 270.125.570-87, e mail: clavicveterinaria@delavras.net. Colocada em votação a eleição da chapa única dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal, foi a mesma aprovada por aclamação dos presentes, sendo os eleitos imediatamente empossados com um mandato de dois anos a inicia-se em data (28/03/2022) e com termino em data (28/03/2024). O Presidente da Diretoria agradeceu a presença de todos e falou da importância da constituição da associação para a comunidade. E por nada mais haver a tratar foi suspensa a assembleia no tempo suficiente para que eu, secretário ad hoc digitasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada por todos os presentes, sendo a mesma assinada por mim, pelo Advogado Ana Paula Pelizzer Teixeira OAB/RS 46.799 e pela presidente eleita.

MARILUCE OLIVEIRA CHAGAS DE SOUZA

JOSIANE FARIAS PINHEIRO

ANA PAULA PELIZZER TEIXEIRA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Lavras do Sul
Vara Judicial
Rua Júlio de Castilhos, 373 - CEP: 97390000 -

ATESTADO DE EFETIVO FUNCIONAMENTO

ATESTO, para fins de direito, com fundamento nas declarações prestadas e conforme ofício datado de 29 (vinte e nove) de junho de 2023, que a Associação **TEAjudando, de acolhimento e desenvolvimento de pais, parentes e amigos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista de Lavras do Sul**, inscrita no CNPJ nº 47.461.832/0001-79, fundada em 28 (vinte e oito) de março de 2022, sediada nesta cidade, encontra-se em funcionamento, possuindo como presidente a senhora Mariluce Oliveira Chagas de Souza.

Lavras do Sul, 30 de junho de 2023.

AMANDA
RODRIGUES DA
GAMA:80383114004

Assinado de forma digital por
AMANDA RODRIGUES DA
GAMA:80383114004
Dados: 2023.06.30 17:29:58
-03'00'

Amanda Rodrigues da Gama
Juíza de Direito
Diretora do Foro